

Gênero, classe e raça: as novas formas de compreender as desigualdades por meio da interseccionalidade¹

Heber Silveira Rocha²

INTRODUÇÃO

Este ensaio abordará o tema da desigualdade social, interseccionalidade e direitos no Brasil. Em uma sociedade marcada pelo passado colonial e escravagista, que legou uma das maiores desigualdades sociais do mundo, é fundamental compreender como cada grupo social acessa os direitos para pensarmos a melhor forma de elaborar políticas públicas.

No livro clássico das ciências sociais brasileiras, “Cidadania no Brasil”, José Murilo de Carvalho (2001) sintetizou interpretação compartilhada à época por diversos cientistas sociais (Barros et al., 2000; Lamounier, 1992; Reis; Cherub, 1993; Stepan, 1999). Segundo Carvalho, o entusiasmo com a democracia revela-se ingênuo. As conquistas no plano político - eleição direta em todos os níveis, liberdade de reunião e de expressão, sufrágio universal - não haviam se traduzido em resolução de problemas centrais de nossa sociedade. As grandes desigualdades econômicas e sociais continuavam sem solução, ou até mesmo haviam se agravado; na melhor das hipóteses, melhoras eram marcadas por ritmo muito lento. O resultado de longo prazo era a “inaceitável estabilidade” da desigualdade (Barros et al, 2000).

Esta aposta na redução da desigualdade por meio da democracia era sustentada pelo que ocorreu nos anos dourado do capitalismo na Europa, conforme apontou os trabalhos clássicos de **Eric Hobsbawm (1994) e Esping-Andersen (1999), na perspectiva de ampliação de direitos (Marshall, 1967)**.

¹ Texto publicado na plataforma digital do GETIP Grupo de Estudos sobre Tecnologia e Inovação na Gestão Pública/EACH-USP. Disponível em <http://www.getip.net.br>

² Professor substituto da EACH-USP no curso de Gestão Ambiental. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP. Mestre em Administração Pública pela FGV-SP. Doutor em Ciência Política pelo IFCH-UNICAMP.

De acordo com Marta Arretche em seu livro “Trajetórias das desigualdades” (2015), no mundo social, existem múltiplas desigualdades: entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, entre categorias de raça, as quais, por sua vez, se manifestam na renda, no acesso a serviços, na participação política.

As desigualdades que apresentaram declínio foram objeto de políticas cujo desenho visou deliberadamente produzir esse resultado e que ganharam grande centralidade na agenda do governo federal.

A trajetória de longo prazo das desigualdades no Brasil revela que não há determinismo - econômico ou político - nesse processo. Políticas públicas importam. Mais que isso: deslocamentos nos padrões de desigualdade requerem políticas implementadas por um longo período de tempo.

Desse modo, o acesso às políticas públicas que são desenhadas para efetivarem direitos previstos na Constituição de 1988, ocorre de maneira distinta pelos diferentes grupos sociais.

Pessoas com mesmos ganhos podem ter padrões de vida muito diferentes caso tenham distinto acesso a serviços, dado que indivíduos com a mesma renda nominal poderão ter padrões de consumo diferentes dependendo do peso do gasto com bens essenciais em seus respectivos orçamentos.

A perspectiva interseccional, como procurarei argumentar neste ensaio, aborda formas múltiplas de desigualdade e subordinação social. Isso contribui significativamente para aperfeiçoar as análises sobre as políticas públicas de combate às desigualdades sociais.

Para que se torne possível propor uma interface entre os estudos interseccionais e o campo de estudos sobre políticas públicas é necessário, no entanto, reconstruir, ainda que parcialmente, o debate conceitual subjacente ao campo das desigualdades e interseccionalidade no que diz respeito ao enquadramento teórico das questões relativas aos efeitos de reforço mútuo de muitos tipos de diferenciais de poder, sejam eles de gênero, raça, classe ou outros.

Diante disso é de suma importância pensar como raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia podem ser facilitadores ou dificultadores para acessar direitos. O conceito de interseccionalidade, debatido na literatura internacional nos últimos 30 anos, ajuda a compreender as desigualdades e, com isso, criar políticas públicas e iniciativas, como as ações afirmativas, para corrigir desigualdades de grupos historicamente prejudicados no desenvolvimento econômico e social.

Este texto está dividido nas seguintes seções: 1) o lugar do debate sobre desigualdade social na literatura; 2) principais referências internacionais no debate acerca de interseccionalidade; 3) As múltiplas desigualdades para entender o Brasil contemporâneo.

1. O lugar do debate sobre desigualdade social na literatura

Ao explorar as bases sociais de processos políticos e das relações entre Estado e sociedade, a contribuição teórica das ciências sociais é particularmente relevante para as análises das interações entre estrutura social e instituições políticas, dos grupos sociais e das normas sociais.

Estudos sobre a estrutura social, estratificação e desigualdades sociais vêm sendo objeto de análise das ciências sociais desde os clássicos (Durkheim, 1999; Marx, 1964; Weber, 1977). Um dos resultados dessas investigações foi a constatação de que existem oportunidades desiguais de acesso a bens e serviços individuais e coletivos e que disso decorrem possibilidades diferenciadas de exercícios de influência sobre os processos políticos.

Se por um lado, o marxismo atribui ao sistema econômico capitalista a explicação fundamental para tais desigualdades, teorias sociológicas inspiradas nas obras de *Durkheim e Weber as associam*, respectivamente, a processos de diferenciação social que asseguram a integração funcional das sociedades e a fatores econômicos e extra econômicos como status social e filiação político-partidária.

No entanto, mesmo as vertentes teóricas neomarxistas incorporam “recursos de poder”, derivados da esfera política, na explicação de alterações na estratificação social nas sociedades contemporâneas (Offe, 1989; Touraine, 1981). Isso porque consideram que a ação política amplia os recursos organizativos dos trabalhadores ou dos movimentos sociais dos trabalhadores ou dos movimentos sociais e assim, através da ação coletiva, os integrantes de estratos sociais inferiores, ao aumentar seu grau de influência política nas democracias, podem produzir políticas que favoreçam a redução de desigualdades sociais (Przeworski, 1988).

Sociólogos contemporâneo como Bourdieu (1989), Giddens (1989) e Luhmann (1991) analisam com lentes teóricas diversas, como os diversos “campos”, sistemas e subsistemas sociais, nas sociedades ocidentais contemporâneas, se instituem como estruturas sociais assimétricas baseadas em critérios especializados, pertinentes ao conteúdo em questão (setor educacional, área hospitalar, por exemplo), e em regras de distinção entre os que ocupam posições nessas estruturas.

Os critérios de diferenciação e de estabelecimento de hierarquias sociais são considerados, em geral, como fundamentados na posse desigual de recursos e posição social que os indivíduos e grupos ocupam uns em relação aos outros nas estruturas sociais. Em geral, aqueles que estão no topo das hierarquias sociais de um dado campo, sistema ou subsistema têm mais facilidade de ocupar posições superiores em outros por meio de mecanismos de conversão de seus estoques de recursos através de fronteiras sistêmicas (Piellon 1999). Esses indivíduos e grupos podem facilmente expressar suas preferências, exercer influência sobre os decisores políticos em macrossistemas e subsistemas políticos, participar da formação de agendas governamentais e exercer certo controle sobre o modo como são implementadas as políticas públicas.

Recentemente, as teorias do reconhecimento e da construção de identidades sociais têm colaborado para o entendimento da desigualdade. A teoria do reconhecimento surge no contexto em que as teorias totalizantes não conseguiam

mais explicar todos os conflitos sociais contemporâneos como expõe Axel Honneth (2003), um dos grandes difusores deste modelo teórico.

O termo “reconhecimento” se refere ao processo através do qual, a partir das relações intersubjetivas nas quais um sujeito se impõe e se contrapõe a outro, identidades individuais e coletivas são afirmadas (Honneth, 2003; Taylor, 1994).

Nancy Fraser por sua vez fala que o reconhecimento é importante, porém, sozinho não explica as desigualdades. Para tanto, propõe que a categoria classe social volte a ter centralidade junto ao conhecimento, dentro da perspectiva da redistribuição. Segundo a autora, tanto a privação de não ter a sua identidade reconhecida, alimentava a lógica perversa da discriminação no âmbito econômico. E, por outro lado, uma luta redistributiva que não leve em consideração as diversidades humanas e sua necessidade de estima e consideração não garante justiça.

Essa vertente de análise subsidia o estudo de *processos de construção de novas identidades sociais*. Intensas migrações, transformações econômicas, culturais e no mercado de trabalho acirraram lutas pelo reconhecimento, propiciando a constituição de novos atores coletivos: as pessoas com deficiência, os portadores de patologias, os povos indígenas, os transgêneros, os usuários de saúde ou assistência social.

2. A ideia da interseccionalidade: algumas referências históricas

A literatura internacional de ciências sociais e filosofia política têm debatido a relação entre desigualdade e interseccionalidade, sobretudo nas últimas três décadas (DAVIS, 1983; FRASER; HONNETH, 2003; COLLINS, 2018). Uma das principais controvérsias atuais no campo dos estudos do trabalho e do gênero é a maneira de conceitualizar a interdependência das relações sociais de raça, sexo e classe, que alguns designam por "interseccionalidade".

Collins (1993a), propõe a reconceitualização de raça, gênero e classe como categorias analíticas, buscando evitar leituras unilaterais e superficiais de múltiplas

formas de dominação e subordinação. Para tanto, propõe, antes de tudo, superar análises meramente aditivas das formas de opressão. Essas análises, segundo a autora, constroem visões distorcidas da realidade vivida pelos indivíduos, ao dicotomizar dimensões (negro/branco, homem/mulher, razão/emoção) intrinsecamente interconectadas da vida social, concebendo-as como parciais e hierarquizadas.

De acordo com Collins (1993a), análises convencionais do tipo “isso ou aquilo” favorecem a reprodução de uma espécie de miopia conceitual fundamentada na generalização indevida de características peculiares de gênero, raça ou classe como se fossem atributos universais. Para exemplificar esse ponto do argumento, sugere a caracterização bastante comum que define o homem como agressivo, líder, racional, forte e intelectual, e a mulher como passiva, obediente, emotiva, fraca e física.

Patrícia Hill Collins (2018) afirma que a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.

O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais

A **interseccionalidade** é um conceito que permite interagir dois ou mais marcadores sociais que definem uma pessoa, entendendo que questões como classe, gênero e raça, por exemplo, não afetam uma pessoa separadamente, mas, ao contrário, combinam-se gerando diversas desigualdades (COLLINS ; BILGE, 2021).

As principais ideias contidas na noção de interseccionalidade não são propriamente novas. O conceito de que desigualdades de gênero, raça e classe não apenas coexistem, mas são mutuamente constituídas e reforçadas está presente há muito tempo no debate feito pelo **movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos.**

Como aponta **Lykke (2010)**, uma “análise feminista interseccional implícita” sempre esteve presente nos debates e na **teorização feminista acerca dos cruzamentos entre normatividades e marcadores de identidade de raça, gênero e classe.** constituindo uma dimensão integral da teorização de diferentes tradições feministas sobre as formas de subordinação a que estão submetidas as mulheres como categoria sócio-histórica.

A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito.

Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber.

3. Desigualdades sociais e interseccionalidade

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global.

Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas.

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania, e outra posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo.

Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de intersecção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global.

Ao focar raça, gênero, idade e estatuto de cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica.

Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos à aposentadoria, benefícios relativos à saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais.

Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem remunerados e com benefícios. Muitos desses grupos vivem em áreas duramente afetadas por uma economia global em transformação e por ameaças ambientais.

Da mesma forma, a interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados.

A estrutura racializada da diferença de riqueza foi bem documentada no Brasil, onde as disparidades entre pessoas brancas e negras. No entanto, a

diferença de riqueza é **não apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero.**

Em geral, a disparidade de riqueza é analisada através de lentes de raça ou gênero e, com exceções dignas de nota, menos frequentemente através de lentes interseccionais de ambos.

Medir a desigualdade econômica por dados sobre famílias, e não sobre indivíduos, ajuda a documentar a disparidade de riqueza entre famílias com diferenças raciais e explicita a situação de famílias chefiadas por mulheres solteiras de todas as raças.

Análises interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é simultaneamente, **racializada e orientada por gênero para as mulheres negras.**

MULHERES representaram 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 65% eram NEGRAS

Segundo ponto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica dificulta explicações somente de classe para a desigualdade econômica global.

Tanto a economia neoclássica quanto o pensamento social marxista tem na classe a categoria fundamental para explicar a desigualdade econômica. Ambas as explicações focadas somente na categoria de classe, trata raça, gênero, sexualidade, capacidade/deficiência e etnia como complementos secundários, isto é, como formas de descrever o sistema de classes com mais precisão.

No entanto, ao sugerir que a desigualdade econômica não pode ser avaliada nem efetivamente resolvida apenas por meio da categoria de classe, as análises interseccionais propõem um mapa mais sofisticado da desigualdade social que vai além apenas da classe.

Postular que as configurações contemporâneas de capital global que alimentam e sustentam as crescentes desigualdades sociais se referem à exploração de classes, ao racismo, ao sexismo e a outros sistemas de poder promove um repensar nas categorias usadas para entender a desigualdade econômica. Estruturas interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania etc, se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica.

Terceiro ponto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica revela como as políticas públicas diferenciais dos Estados-nação contribuem para reduzir ou agravar a crescente desigualdade global.

O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo crescimento dos Estados de Bem Estar Social em certos contextos nacionais e por sua ausência em outros - e, mais recentemente, por seu desmantelamento. Existem muitas variações de Estados e políticas - por exemplo, políticas públicas de países da antiga União Soviética que seguiram caminhos diferentes para a igualdade social ou colônias que se tornaram países -, mas aqui vamos nos concentrar na social-democracia e no neoliberalismo como termos abreviados para conjuntos de ideias e filosofias muito mais amplas que tiveram e, aparentemente, continuarão a ter uma influência importante nas políticas públicas dos Estados-nação. Essas estruturas intelectuais abrangentes de social-democracia e neoliberalismo moldam as políticas públicas dos Estados-nação, bem como o entendimento que um tem do outro. Elas também diferem em aspectos importantes ao interpretar a desigualdade social.

4. Os desafios da interseccionalidade para as políticas públicas: As ações afirmativas

A herança escravagista, a manutenção de privilégios de classe, o pouco investimento e/ou o investimento tardio na educação, bem como o desigual acesso à estrutura de oportunidades, constituíram o cenário de extrema desigualdade que caracterizou por décadas a sociedade brasileira.

Nos últimos quinze anos, tornou-se necessário discutir de forma mais efetiva a implantação de políticas sociais com vistas a minimizar um quadro considerado inaceitável para um país como o Brasil. Da mesma forma, o cenário em que as políticas afirmativas foram consolidadas é fruto de profundas e permanentes desigualdades raciais.

12.711/12 - das quotas

O Estado brasileiro não se ateu ao problema de promoção de acesso da população negra à estrutura de oportunidades, bens e serviços no país, até mesmo no momento em que ganhou corpo o debate sobre as desigualdades raciais e os processos discriminatórios da sociedade brasileira, tanto pela militância como pela academia.

No que diz respeito ao debate sociológico das desigualdades, há duas questões complementares. As mudanças ocorridas na sociedade brasileira não estão descoladas de um debate que se dá também em outros contextos nacionais. Portanto, a discussão sobre desigualdades em geral e desigualdades entre grupos, em particular, está em consonância com uma ampla literatura internacional que enfatiza cada vez mais os atributos adscritos dos indivíduos (sexo e "raça") como mecanismos produtores de desigualdades em diferentes contextos.

Por outro lado, é imprescindível abordar a especificidade das relações raciais e da estrutura das desigualdades brasileiras. Segundo Guimarães, analisá-la é "teorizar a simultaneidade de dois fatos aparentemente contraditórios e amplamente tratados na literatura: a reprodução ampliada das desigualdades raciais no Brasil coexiste com a suavização crescente das atitudes e dos comportamentos racistas.

Tendo em mente essa questão, é preciso analisar quais os efeitos das políticas afirmativas nas desigualdades e nas relações raciais? A experiência e os efeitos na vida dos beneficiários dessas políticas constituem um campo de investigação incipiente, porém importante.

Com base em informações organizadas, o Estado atua em sua função de assegurar o bem-estar social da população. Por meio de políticas afirmativas e de ações inclusivas, pode minimizar ou erradicar as precárias condições das populações nos territórios e dos diferentes segmentos. Isso ocorre quando as ações governamentais têm como premissa práticas baseadas nos princípios da equidade, na distribuição de bens e equipamentos, bem como, na igualdade de direitos. Esse é um processo indispensável para superação das desigualdades.

No entanto, para que haja uma resposta estatal aos problemas apresentados é preciso considerar formas de atuação do governo. Para superar a lógica fragmentada, é preciso novos arranjos governamentais com integração das ações por meio da **intersectorialidade** e da **transversalidade**. Se as pessoas são formadas por diferentes marcadores sociais e identitários, impactados socialmente em sua interseccionalidade, logo, as políticas públicas de intervenção devem ter alcance em cada um dos aspectos sociais das desigualdades. A integralização das ações governamentais é fundamental enquanto atuação do poder público.

A intersectorialidade, compreendida como "estratégia de reorganização da ação entre setores, que atuam de forma integrada, mobilizando diferentes saberes e conhecimentos para a consecução de objetivos comuns" (MARCONDES e SANDIM, 2018, p. 31) remete à conexão das ações públicas em prol da erradicação ou minimização de uma desigualdade. A transversalidade, no mesmo sentido, pode ser entendida como a articulação e a atuação conjunta em torno de uma questão para obter resultados. Um mesmo objetivo pode aparecer em diferentes áreas governamentais com a destinação de orçamento e ações próprias sem que os setores atuem juntos, mas no sentido de um mesmo objetivo. Assim, destaca-se que o retrato apresentado pelo mapa, deve mostrar onde e como deve-se operacionalizar as atuações indicando a mobilização dos diferentes setores

(governamentais e da sociedade civil) e como cada ação pode e deve ser articulada e acompanhada enquanto política pública de efetividade.

No que se refere a questão racial como um dos marcadores, por exemplo, enfatiza-se a obrigatoriedade da coleta do quesito raça/cor no âmbito da Administração Pública, para a implementação de políticas públicas. Tal obrigatoriedade justifica-se a partir da consideração do histórico do processo de formação da sociedade brasileira, marcada pela violência contra as populações negra e indígena.

A abolição da escravatura no Brasil, cabe destacar, tratou-se de um processo inacabado, pois ao mesmo tempo em que garantiu a liberdade à população negra em um sentido legal, não foram oferecidas condições, por meio de políticas públicas, para sua inclusão. A partir do acirramento de um processo de exclusão, a população negra continua sendo até hoje marginalizada e criminalizada, vendo-se obrigada a aglomerar-se nas periferias sem direito à moradia digna, sendo vítimas da violência urbana, sem oferta de trabalho e remuneração justa, nem acesso a bens e serviços públicos, o que é reforçado pela ausência de políticas reparatórias e indenizatórias pelos danos sofridos durante os séculos de escravização.

Portanto, esse processo sócio histórico coloca a questão racial como determinante na produção das desigualdades, sendo o racismo um dos elementos estruturadores das relações sociais, o que é extensivo também às questões relacionadas às violências de gênero, fruto de uma sociedade marcadamente patriarcal e machista. Neste sentido, considerar a trajetória histórico social do nosso país e as disparidades sociais, é fundamental para se reforçar a importância de considerar, nos eixos elencados para a construção do Mapa das Desigualdades, o reconhecimento dos marcadores sociais da diferença.

Considerações finais

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, resultado de uma trajetória perversa de mais de 300 anos de escravidão. Compreender e enfrentar este problema é o principal desafio na agenda política brasileira, tanto das forças sociais quanto do Estado.

A desigualdade não afeta igualmente todos os públicos. O pertencimento a grupo define como cada um sentirá um direito negado. Dessa forma, raça, classe, nacionalidade, idade, orientação sexual, gênero faz com que alguns grupos sejam mais ou menos discriminados em sociedades capitalistas.

Diante disso, a lente teórica da interseccionalidade - proposta pelo feminismo negro, tendo como expoente na atualidade a intelectual - ajuda a compreender o fenômeno das desigualdades, evitando que uma dimensão, por exemplo a econômica, se sobreponha na análise.

Fazer uma análise da desigualdade social no Brasil por meio da interseccionalidade pressupõe compreender como o Estado oferta/nega direitos a determinados grupos, seja por meio deliberado (como em desenhos de políticas públicas, como as quotas), seja por meio da discricionariedade da burocracia de nível de rua.

Um dos grandes exemplos de política pública de combate às desigualdades na chave da interseccionalidade foi a aprovação da lei 12.711/2012 que estabeleceu a Política de Ações Afirmativas, por meio da criação de quotas no acesso ao ensino superior público. Esta política compreende que o acesso ao ensino superior no Brasil é desigual por conta do passado escravocrata. Dessa forma, a quota é uma política de reparação histórica que visa tratar desigualmente os desiguais e com isso possibilitar oportunidade de estudo e, por conseguinte melhores acessos ao mercado de trabalho, com postos de remuneração maior.

REFERÊNCIAS

Fraser, "A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação".

Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002, nº 63, pp. 7-20

Fraser, "Redistribuição ou reconhecimento? Classe e *status* na sociedade contemporânea". *Interseções Revista de Estudos Interdisciplinares*, 2002, ano 4, nº 1, pp. 7-32.

DAGNINO, Evelina. "Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In _____ (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil* São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 279-301.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do welfare state". *Lua Nova*, no 24, CEDEC, setembro de 1991, pp. 85-116.

MARSHALL, T. H. (1949). *Cidadania, classe social e status* Rio de Janeiro, Zahar 1967

HABERMAS, Jürgen (1962). *Historia y Crítica de la opinión pública La transformación estructural de la vida pública* México, Gustavo Gili, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: A política social na ordem brasileira* Rio de Janeiro, Editora Campus LTDA, 1979.

Lavalle, A. G.. (2003). *Cidadania, igualdade e diferença. Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, (59), 75–93

Fraser; Honneth, 2003. *Redistribuição ou Reconhecimento? Uma controvérsia político-filosófica*

Weber, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Lisboa, Editorial Presença, 1993.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, 2000.